



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

103
20

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0299620-9

COMARCA: Recife

APELANTE: Joabe dos Santos Silva

APELADOS: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AMPUTAÇÃO DA FALANGE DISTAL DO DEDO POLEGAR. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. APELO VOLUNTÁRIO PROVIDO. 1. O autor ingressou em juízo requerendo a concessão do benefício de auxílio-acidente alegando que *“trabalhava na empresa P. B. Serviços Concessionária de Veículos, como polidor de veículos e que a seqüela foi causada quando o autor, diante da ordem do gerente da empresa subiu em uma laje da oficina para buscar uma tábua, e, ao descer teve o seu polegar preso em uma viga de ferro, tendo ocasionado a amputação de seu dedo”*. 2. No caso, entendeu-se por ocorrido o acidente de trabalho, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.213/91, como tal aquele que acontece pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando no trabalhador lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho. 3. Restou consignado em audiência que: *“(...) à parte autora foi vítima de acidente de trabalho conforme CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho acostado aos autos expedidos pelo INSS datada de 29.04.2009, em que o acidente ocasionou a amputação do polegar da mão direita do autor tendo inclusive afetado o sistema neurotendinoso do indicador da mão direita, conforme faz provar os laudos médicos acostados comprovando que a deficiência apresentada impede o autor definitivamente de fazer movimentos de apreensão de objetos limitando, por conseguinte suas funções laborativas anteriores em caráter definitivo”*. 4. Com efeito, a perda da falange distal do 1º QDD reduz a capacidade laborativa (precedentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: RN nº 70051852820 e Ap nº 70052271830). 5. Impõe-se, por isso, a condenação do INSS ao pagamento de auxílio-acidente, em virtude de o segurado, por decorrência da amputação de falange do 1º QDD, apresentar redução da capacidade laborativa. 6. Apelo voluntário provido, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau para julgar procedente a ação, condenando o INSS a pagar ao autor (i) o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir da data do laudo pericial, (ii) sendo as parcelas pretéritas calculadas mediante a aplicação dos índices previstos e na forma estabelecida no art. 41-A da Lei 8.213/91, sendo tais parcelas monetariamente atualizadas, uma a uma, nos termos do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, e (iii) a pagar a verba honorária de 10% (dez por cento), incidente sobre os valores da condenação apurados até a data da sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

104
70

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0299620-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento ao apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

100 ~



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0299620-9
COMARCA: Recife
APELANTE: Joabe dos Santos Silva
APELADOS: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação Acidentária nº 0053676-60.2010.8.17.0001, que julgou **improcedente** o pedido do autor.

Na via ordinária, o autor pugna pelo recebimento de auxílio-acidente em virtude da amputação do seu 1º QDD, quando desempenhava a função de polidor de veículos para a empresa P. B. Serviços Concessionária de Veículos.

O Sr. Joabe dos Santos Silva apela (fls. 60/63) requerendo a reforma da sentença, a fim de ser julgado procedente seu pedido.

Em suas contra-razões (fls. 78/79, v), a autarquia previdenciária defende a manutenção da sentença de improcedência.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 95/97) opina pelo provimento do apelo voluntário.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

305
70

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0299620-9
COMARCA: Recife
APELANTE: Joabe dos Santos Silva
APELADOS: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

O autor ingressou em juízo requerendo a concessão do benefício de auxílio-acidente alegando que *“trabalhava na empresa P. B. Serviços Concessionária de Veículos, como polidor de veículos e que a seqüela foi causada quando o autor, diante da ordem do gerente da empresa subiu em uma laje da oficina para buscar uma tábua, e, ao descer teve o seu polegar preso em uma viga de ferro, tendo ocasionado a amputação de seu dedo”*. (cf. fls. 56)

A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação por entender que:

Muito embora a autarquia ré tenha concedido o benefício do auxílio doença acidentário, espécie 91, com DIB em 15.05.2009 e com DCB em 30.04.2012, o laudo do profissional médico que examinou o autor em juízo, apesar de ter reconhecido a possibilidade de existir alguma lesão no corpo capaz de ter sido ocasionada em acidente de trabalho, concluiu que “o autor apresenta ausência da falange distal do 1º QDD sem limitação do função articular” (fls. 43).

Além disso, mostra-se imprescindível, consoante exposto anteriormente, a verificação da prejudicialidade.

O autor não indicou assistente técnico =, tendo o profissional médico que o examinou em juízo concluído que não existe limitação da função articular, não havendo, portanto, incapacidade nem mesmo a redução dela para o desempenho de atividades laborais.

Não obstante o juiz não se encontrar adstrito aos laudos periciais, não consta, nos autos, qualquer outra prova recente que ateste a aludida incapacidade, assim como, documentos médicos capazes de rechaçar a conclusão da perícia técnica oficial.

De fato, compulsando os autos, constata-se não existir qualquer documentação médica que declare ser o autor portador de seqüela incapacitante ou mesmo de ter reduzido sua capacidade laborativa. (cf. fls. 57/58)

Ocorre que, a meu sentir, a sentença de primeiro grau deve ser reformada.

No caso, tenho por ocorrido o acidente de trabalho, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.213/91, como tal aquele que acontece pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando no trabalhador lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

Com efeito, restou consignado em audiência que:



106
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(...) à parte autora foi vítima de acidente de trabalho conforme CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho acostado aos autos expedidos pelo INSS datada de 29.04.2009, em que o acidente ocasionou a amputação do polegar da mão direita do autor tendo inclusive afetado o sistema neurotendinoso do indicador da mão direita, conforme faz provar os laudos médicos acostados comprovando que a deficiência apresentada impede o autor definitivamente de fazer movimentos de apreensão de objetos limitando, por conseguinte suas funções laborativas anteriores em caráter definitivo. (cf. fls. 33) sublinhados nossos

Com efeito, a perda da falange distal do 1º QDD reduz a capacidade laborativa, na linha dos seguintes precedentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

REEXAME OBRIGATÓRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. AMPUTAÇÃO DA FALANGE DISTAL E MÉDIA DO DEDO POLEGAR. NEXO CAUSAL E REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL CONFIGURADOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

Tem direito ao auxílio-acidente o trabalhador que em decorrência de acidente típico do trabalho tem a sua capacidade laboral reduzida, ainda que em grau mínimo, devido à necessidade adaptação do infortunado a uma nova atividade de trabalho.

HIPÓTESE DOS AUTOS EM QUE A PROVA PERICIAL DIAGNOSTICOU QUE A SEQUELA ACIDENTÁRIA ACARRETOU A REDUÇÃO DA CAPACIDADE ESPECÍFICA DE TRABALHO DO INFORTUNADO. ADEMAIS, DE RIGOR RECONHECER QUE A AMPUTAÇÃO DE DEDOS DA MÃO, AINDA QUE PARCIAL, ACABA POR SE REFLETIR NO DESEMPENHO ADEQUADO DA FUNÇÃO LABORAL DO OBREIRO, CAUSANDO PREJUÍZOS PARA O INFORTUNADO, ESPECIALMENTE EM SE TRATANDO DE TRABALHADORES BRAÇAIS. AINDA QUE A LESÃO SEJA DE GRAU MÍNIMO, O SEGURADO FAZ JUS A PROTEÇÃO ACIDENTÁRIA, CONSOANTE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO PELO STJ, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.109.591/SC, SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO COMPROVADA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJRS, RN Nº 70051852820, REL. DES. DES. TASSO CAUBI SOARES DELABARY, NONA CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012) destaques nossos

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. AMPUTAÇÃO PARCIAL DO POLEGAR. MÃO. NEXO CAUSAL E REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL CONFIGURADOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

Hipótese dos autos em que o obreiro sofreu amputação parcial do polegar, em razão de típico acidente do trabalho. De rigor, reconhecer que a sequela ortopédica acarretou um déficit funcional, que ocasionou prejuízos ao desempenho da atividade profissional do infortunado, especialmente porque para uma operária a perda de um dos dedos, mesmo que parcial, implica em diminuição da sua capacidade específica de trabalho, haja vista que a mão funciona como um conjunto harmônico, em que cada dedo tem sua função própria e ajuda os outros na tarefa de preensão dos objetos, movimentação e posicionamento de estruturas a serem trabalhadas ou manuseadas. Qualquer alteração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

107
70

anatômica ou funcional que prejudicar esse conjunto dificultará sua atividade. Tratando de trabalhador braçal, ele sempre irá necessitar de toda sua destreza, seja ela manual ou visual, para executar com um mínimo de eficiência o seu labor. Ainda que a lesão seja de grau mínimo, o segurado faz jus a proteção acidentária, consoante entendimento jurisprudencial consolidado pelo STJ, por ocasião do julgamento do REsp nº 1.109.591/SC, sob o rito do art. 543-C do CPC. O Regulamento da Previdência Social não pode limitar o direito dos segurados, impondo condições especiais que a Lei nº 8.213/1999 não exige para a implementação de benefícios, mormente porque a lei de regência não faz distinção entre as espécies e os tipos de lesões, o fator essencial à implementação do auxílio-acidente decorrente de infortúnio laboral é a redução da capacidade de trabalho do segurado. De outro vértice, o rol de enfermidades listadas no Regulamento da Previdência Social não é taxativo, haja vista que existem moléstias que não foram listadas no regulamento e, indiscutivelmente, merecem proteção social, de modo que segurado não pode ficar desamparado, até mesmo porque a regulamentação não pode restringir a interpretação da lei de benefícios previdenciários. Precedentes desta Corte. Auxílio-acidente, forte nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/1991. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO E CONFIRMARAM A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO. UNÂNIME. (TJRS, Ap nº 70052271830, Rel. Des. TASSO CAUBI SOARES DELABARY, Nona Câmara Cível, julgado em 27 de fevereiro de 2013) destaques nossos

Neste contexto, percebe-se que o apelante apresenta uma redução de sua capacidade laborativa.

Dai porque a Procuradoria de Justiça, em seu parecer, anotou que:

Consta dos autos que no dia 29 de maio de 2009, por volta da 17:30 horas, ao final de mais uma jornada de trabalho, o servente Joabe dos Santos Silva, contratado pela P. B. Serviços Ltda. desde 1º de fevereiro de 2008 (fls. 11), sofreu acidente de trabalho vindo a ter o polegar direito decepado, conforme CAT de fls. 13.

Embora tenha sido realizada cirurgia para reimplante do 1º quirodáctilo da mão direita, este veio a ser posteriormente amputado em virtude da rejeição, restando ainda sem movimentos o 2º quirodáctilo.

Ante tais circunstâncias, o nexa etiológico, ou seja, a relação de causalidade entre a lesão sofrida pelo trabalhador e o desempenho de suas atividades profissionais, foi reconhecido pelo INSS que concedeu ao obreiro um Auxílio-doença Acidentário, espécie 91, NB 5356176704, com DIB em 15/05/2009.

Cessado o benefício, Joabe dos Santos Silva retornou ao trabalho, entretanto, logo foi demitido, sendo este o motivo para o ajuizamento da presente demandada.

O laudo pericial de fls. 40/44 inicialmente reconhece o nexa etiológico, bem como a redução permanente da capacidade de trabalho do periciando, para em seguida concluir que ausência da falange distal do 1º quirodáctilo da mão direita não acarretou qualquer limitação da função articular.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

JOS
AD

Destarte, com base na opinião do perito, decidiu o Juiz *a quo* pela improdência da Ação Acidentária.

Ora, em que pese a inexistência de qualquer laudo ou documento médico recente que ateste a redução da capacidade de trabalho do Apelante, entendo que a perda do polegar da mão direita para o trabalhador braçal destro, é por si só razão mais que suficiente para se admitir como caracterizada a diminuição da força de trabalho do segurado, ensejando a concessão do benefício previdenciário.

(...)

Diante de tais evidências, demonstrado o nexo etiológico, ou seja, a vinculação da lesão diagnosticada com as atividades desenvolvidas pelo Autor e a redução de sua capacidade para o trabalho que habitualmente desenvolvia, não vislumbro justa razão para que a opinião do Perito Judicial, isoladamente, preponderar sobre o conjunto probatório erigido nos autos, razão pela qual opino pelo provimento do Apelo. (cf. 96/97)

Nesse contexto, cuido de acolher, como razão de decidir, o entendimento esposado no parecer da Procuradoria de Justiça, reconhecendo, por conseguinte, a presença dos requisitos necessários à concessão de auxílio-acidente.

Passo ao exame da questão relativa ao marco inicial para a concessão do benefício deferido.

O entendimento jurisprudencial prevalecente no STJ aponta no seguinte sentido:

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DATA DA JUNTADA DO LAUDO PERICIAL EM JUÍZO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Afastada suposta violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o acórdão recorrido utilizou fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, obscuridade ou contradição.

2. Infere-se, da conjugação dos artigos 23 e 86, § 2º, da Lei nº 8.213/91, que a incapacidade para o trabalho, na ausência de auxílio-doença e de requerimento administrativo, somente pode ser constatada quando da realização do diagnóstico médico, que equivale à apresentação do laudo pericial na instância ordinária, devendo esta data ser considerada como se fosse a do dia do acidente.

3. Dessume, portanto, que o auxílio-acidente deve ter, como marco inicial, a juntada do laudo pericial em juízo, ocasião em que foi evidenciado, de forma cabal, o preenchimento de seus requisitos legais. 4. Recurso especial provido para fixar, como termo inicial do auxílio-acidente, a data da juntada do laudo médico-pericial em juízo.

(REsp 965.481/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 12/05/2008)

CM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

109
70

Dessa diretriz jurisprudencial infere-se que, não havendo prova nos autos acerca de pedido administrativo indeferido, as diferenças pretéritas hão de ser computadas a partir da juntada do laudo pericial em juízo, às fls. 40/44 (momento em restou caracterizada, em sede jurisdicional, a ausência da falange distal do 1º QDD).

Esclareço, dessarte, que as parcelas pretéritas, como tais as apuradas a partir da juntada do laudo pericial em juízo, devem ter os seus valores individuais obtidos mediante aplicação dos índices previstos e na forma estabelecida no art. 41-A da Lei 8.213/91, sendo monetariamente atualizadas, uma a uma, nos termos do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, *verbis*:

“Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (Redação dada pela Lei nº 11.960, de 2009)”

Note-se que a novel sistemática preconizada pela Lei Federal nº 11.960/2009 (com a incidência cumulada de atualização monetária e juros), implica na superação da diretriz encartada na Súmula 204 do STJ (“os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida”).

Finalmente, condeno o INSS ao pagamento da verba honorária que fixo em 10% (dez por cento), percentual esse que deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

Ante o exposto, **dou provimento ao apelo voluntário**, em ordem a reformar a sentença de primeiro grau para julgar procedente a ação, condenando o INSS a pagar ao autor (i) o benefício de auxílio-acidente, no percentual de 50%, a partir da data do laudo pericial, (ii) sendo as parcelas pretéritas calculadas mediante a aplicação dos índices previstos e na forma estabelecida no art. 41-A da Lei 8.213/91, sendo tais parcelas monetariamente atualizadas, uma a uma, nos termos do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, (iii) e bem assim a pagar a verba honorária de 10% (dez por cento), incidente sobre os valores da condenação apurados até a data da sentença.

Recife, 28 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator